

**PARA UM DISCERNIMENTO ESPIRITUAL: DE UMA
CRIATIVIDADE MORAL A UM “QUASE-NADA”
ESPIRITUAL¹**

**For spiritual discernment: from moral creativity to spiritual “almost
nothing”**

*Daniel Mineiro **

*José Brissos-Lino ***

* Doutor em Filosofia. Docente na Universidade Lusófona. Escreveu a primeira parte deste artigo.

** Director da AD AETERNUM. Escreveu a segunda parte deste artigo.

¹ A ideia para este artigo surgiu de um convite que o Senhor Professor José Brissos-Lino me dirigiu para integrar uma Pós-Graduação em Discernimento Pastoral. Vejo-me penhorado pelo seu desejo amável a agradecer.

I - Subsídios para uma Teologia Moral

1. Enquadramento bíblico e eclesial

Discernir, discernimento, juízo e decisão sempre foram conceitos presentes na tradição católica. As páginas da Sagrada Escritura, ainda que com outra roupagem literária, dão conta de uma preocupação pela questão da escolha. Alguns Santos, como Francisco de Sales, mostraram a importância do juízo moral para a vivência da fé cristã. Outrossim, o Magistério da Igreja foi profícuo na publicação de documentos que tiveram em conta a percepção e obediência da voz de Deus.

O Antigo Testamento utiliza um termo muito preciso para se referir a este ato de escolha: *syneidesis*. Trata-se de um ato, de má consciência, que terá de ser evitado a todo o custo, para que a fé não fique maculada. Mateus fala da capacidade que os olhos devem ter para «ver» aquilo que pertence à vontade de Deus (Mt. 6-23). Lucas refere a necessidade de uma «luz» para que possamos entrar pela porta estreita (Lc 11-33). Paulo aponta para uma consciência moral, que é fruto da revelação que Deus nos faz². Em todos existe a referência a uma «Luz» dada por Deus ao homem para executar as tarefas que lhe competem, enquanto cristão.

Francisco de Sales falou de um processo de santificação da ação como algo próprio do discernimento. Na medida em que é feito um discernimento da opção a tomar, existe, pela proximidade com o Criador uma purificação da ação do homem³.

² PH. Delhaye, *La conscience morale du chrétien*, Tournai, Desclée, 1964.

³ Catherine Fino, «Discernement moral et discernement spirituel à l'époque moderne», *Revue d'éthique et de théologie morale*, 2018, nº 298, p. 15.

Inácio de Loyola, utilizando os termos «discernir» e «discreção» apontou para o discernimento dos espíritos fazendo uma síntese precisa do ato de deliberação apoiado na Graça: “le discernement se laisse comprendre alors, au sens large, comme la détermination de cette position dans l’existence aux manières dont je suis affecté par la situation, ce qu’est le discernement au sens strict”⁴.

Tomás de Aquino mostrou que a deliberação depende de uma síntese entre consciência habitual e consciência atual, não deixando ponto algum dos polos da lei e da presença no mundo de lado no mundo de decidir o que fazer⁵.

Dentro do Magistério da Igreja é possível selecionar algumas Encíclicas de grande importância para esta temática. *A veritatis Splendor* remeteu para o primado da consciência moral, no momento de ajuizar sobre uma situação concreta e, mostrou que o perigo da «criatividade» é real. Não é possível, segundo o ensinamento feito, que o homem decida por si só; a escolha tem que ver diretamente com um ajustar à lei e à verdade. Não é um ato de simples deliberação, como se refere na alínea 55⁶.

A Gaudium et Spes pensou o discernimento espiritual como corolário da escuta da Voz de Deus na consciência humana, tendo que existir uma sensibilidade e obediência a esta interpelação para se dar uma santificação da ação que se escolhe executar.

⁴ Patrick Goujon, « Le discernement des situations dans la tradition ignatienne », *Revue d’éthique et de théologie morale*, n° 298, p. 25.

⁵ Eric Gaziaux, « Les conflits de la conscience dans la tradition catholique retour sur l’histoire et les différentes écoles », *Revue d’éthique et de théologie morale*, n° 298, p. 13.

⁶ “La conscience est dépendante de la vérité qu’elle est tenue de chercher, car elle émet «un jugement moral sur l’homme et sur ses actes humaines sont ou non conformes à la Loi de Dieu écrite dans le cœur (VS, 59). La conscience formule donc l’obligation morale à la lumière de la loi naturelle. « Le jugement de la conscience affirme “en dernier ressort” la conformité d’un comportement concret à la foi; il formule la norme la plus immédiate de la moralité d’un acte volontaire, en réalisant “ l’application de la loi objective à un cas particulier”. Alain Thomasset, *La conscience morale et les questions posées par les documents récents du magistère romain*, *Revue d’éthique et de théologie morale*, 2017, n° 293, p. 27.

A *Dignitatis Humanae* ressalta a liberdade da escolha. É preciso que o homem escolha para que não fique apoucado nas suas dimensões e perca a hipótese de se salvar. Mas a esta nota acrescenta: a liberdade deve estar direcionada para a procura da Verdade. Sem esta tendência, não existe quaisquer possibilidades de que o homem acerte com o caminho a tomar.

Na tradição Bíblica, na vivência dos Santos da Igreja, nos Documentos do Magistério existe uma nota dominante: o discernimento espiritual é uma capacidade de deliberar, de apartar aquilo que não serve, com a ajuda de Deus. Graça e razão humana estão em jogo. Nem só Graça, fazendo os homens seres inertes, nem só racionalidade, transformando o discernimento numa simples deliberação.

2. Os pressupostos do juízo moral

2.1. A União com o Criador

De forma liminar, discernir acerca de uma situação é escolher; se a esta situação juntarmos o cunho espiritual, a escolha terá de ser banhada por uma influência de tipo divino, mais, a escolha terá de ser o correlato de um diálogo entre duas pessoas, ficando por dizer em que modo se pode dar a relação comunicante.

O lado apofático é posto de parte: não existe hipótese alguma de que o homem seja capaz de aceder a Deus por si só. A pequenez e a grandeza contrastam. Resta a via inversa: Deus digna-se a visitar o homem deixando-lhe uma «marca». São as velhas temáticas da Criação, da Revelação e da Participação que emergem para que possamos compreender esta ligação especial.

Tomás de Aquino apontou para esta tecitura ontológica ao falar da síntese que se realiza entre a consciência habitual e atual. Para que se ouça a Voz, há que admitir a Presença do próprio Deus no homem. Agostinho de Hipona escreveu sobre uma teoria da participação, que torna o homem interlocutor do seu Criador. Mas de modo muito mais recente, K. Rahner também balizou os contornos de uma teologia criacional.

2.2. A sensibilidade

O estatuto relacional do homem é por definição a capacidade para que exista uma comunicação, mas está aquém da mesma. É a ligação, mas não o modo comunicante em que a mesma Voz se faz ouvir. Com efeito, é no desdobrar de uma ventura que se compreende de que modo se passa a dar uma relação pessoal entre o homem e o seu Deus.

Na tradição inaciana, falando dos elementos que permitem o discernimento espiritual, encontramos algumas pistas. Concretamente Patrick Goujon faz referência aos níveis que teremos de ter em conta, começando por definir o que é o discernimento.

“Le discernement se laisse comprendre alors, au sens large, comme la détermination de cette position dans l’existence, détermination que rend possible, selon Ignace, l’attention aux manières dont je suis affecté par la situation, ce qu’est le discernement au sens strict⁷”. Com efeito é um outro tipo de sensibilidade, mas de que tipo de estética estamos a falar?

Discernir é colocar-se na situação concreta, diz o Inácio de Loyola. Para que este juízo seja acertado é preciso uma «obediência religiosa». Chegar a esta implica «renunciar ao seu juízo próprio» e estar «disponível» para ser enviado para evangelizar em qualquer parte do mundo. Renunciar depende de uma

⁷ Patrick Goujon, *Le discernement*, op. Cit. P. 25.

«consideração de todas as coisas», de uma piedosa «devoção» e de um «juízo» acertado sobre as primeiras opções a tomar. Este último leque depende de um momento «oportuno», que remete para uma «pureza de intenção» e, por fim, para que tudo isto seja possível é preciso uma «sensibilidade espiritual»⁸.

A enunciação indica a inversão da ordem que é feita: para que seja possível ajuizar acerca de uma situação concreta, é preciso que exista uma sensibilidade espiritual. Concretizando é preciso que a Voz seja ouvida, naquela disponibilidade de quem sabe que a mensagem é Reveladora do Mistério da vida.

Francisco de Sales também se situou numa mesma linha de ensinamento. Sabendo que o discernimento é uma santificação da ação, para que esta última seja fruto de uma ação de Deus em nós é fundamental purificar a afetividade com a «volonté de Dieu»⁹.

Assim, para que o juízo moral se dê é necessário uma sensibilidade à Voz do Criador. É necessário, da parte do homem, um registo daquela marca que é posta por decreto divino. Todas as outras perceções, são um corolário desta primeiríssima forma de notícia, desta fenomenologia do ato de fé.

2.3. O despojamento

O cimento ontológico e a sensibilidade são as bases de uma estrutura comunicante, que é dada e efetivada no homem. Não se perde coisa alguma daquela dimensão frágil, encarnada e limitada daquele que recebe a notícia da Voz de Deus. Para que a emissão não perca e seja fiel ao seu Emissor, é

⁸ Patrick Goujon, *Le discernement*, op cit. P. 27.

⁹ “Un bon discernement exige donc de clarifier les motivations de purifier l’affectivité, de porter un jugement sur le désir afin de valoriser ce qui est bon de rejeter ce qui est mauvais (...) Il nous vient toujours quelque désir et quelque volonté, mais ce ne sont pas des volontés absolues ni des désirs formés: l’âme les fait mourir immédiatement dans la volonté de Dieu”. Catherine Fino, *Discernement moral et discernement spirituel à l’époque moderne*, *Revue d’éthique et de théologie morale*, 2018, n~298, p. 16.

necessário que o aparelho receptor esteja livre de impedimentos tal como a tradição referiu ao chamar à colação o despojamento.

Retomamos a enunciação anterior, para observar o desnudamento que a escuta implica. No contexto dos Exercícios Espirituais, ouvir a Voz implica «renunciar a si», «disposição interior» para aceitar, «considerar todas as coisas que se nos apresentam», «atender ao momento oportuno», «zelar pela pureza da intenção» e certificar-nos que todos estes processos ocorrem segundo uma maturação espiritual.

Toda a iniciativa pessoal, que seja fruto de uma mera dedução, de uma consideração das conseqüências ou até de um pequeno interesse pessoal é retirada de parte para que não macule a escolha. Depois de um estético encontro não há qualquer lugar para uma liberdade subjetiva desavisada. As ações são fruto de uma sagesa, portanto, o despojamento de uma espiritualidade psicológica ou meramente mental impõe-se.

A pureza de intenção a que se refere Loyola é testemunho disto; melhor a indiferença quando ao mero desejo é sinal de que não devem importar as meras inclinações. O ponto forte de toda e qualquer ação é uma deliberação, ou para utilizar as palavras que o Santo utiliza um juízo, que brota da certeza de que estamos a servir a Deus com esta ação¹⁰.

2.4. A consciência da Vontade de Deus: acerca do momento criativo

Qualquer percepção da Vontade Deus tem que ser registada na consciência humana, se quisermos falar de uma fenomenologia da religião. Não existe qualquer outro recetáculo, mesmo quando estamos a defender uma estética do divino. Toda a dificuldade está na traduzibilidade deste mandamento, revelado em segredo.

¹⁰ Patrick Goujon, *Le discernement*, op cit, p. 28.

Saltando a demonstração da união divina, fizemo-lo a propósito da união e da marca deixada, a consciência da Vontade de Deus é tematizada por Tomás de Aquino em forma de síntese: a synderese junta-se com uma consciência atual do mundo e das solicitações que nos impele e nasce um juízo sobre o que é suposto fazer.

Numa primeira instância, existe uma consciência da Lei de Deus. A esta percepção, Tomás de Aquino, chamou synderese. Depois, pela mesma Graça divina que permitiu esta percepção, existe a tradução destes mandamentos na situação atual que existe resposta, isto é, fazendo face aos imperativos de uma consciência atual. Ao momento em conjunto deve ser chamado discernimento¹¹.

Fazendo jus a uma outra formulação, é possível encontrar esta temática da «escuta» dentro de um juízo de prudência. Ouvir a Voz de Deus, do ponto de vista de um conhecimento da Vontade Divina, corresponde a emitir um juízo, com base na virtude da prudência, que está articulada com o aconselhamento que a caridade lhe proporciona.

Não existe prudência alguma, sem que exista articulação com a Graça; tal como não existe consciência atual alguma - do ponto de vista de um discernimento santificado - sem que exista uma consciência habitual¹². Homem e Deus são dois agentes de uma única equação e, para se manter este acerto, em momento algum podem ser diminuídos.

3. A deliberação

Âncora ontológica, elementos básicos de uma estética do divino e fenomenologia da religião, que se traduz num discernimento ficam na antecâmara do que possa ser o ato de decidir conforme a Vontade de Deus. Até

¹¹ Cf. Eric gaziaux, Les conflits, p. 13.

ao momento foram definidos os pressupostos, não o modo de deliberar que terá de atender a outras questões mais complexas.

¹² Luc Dubrulle, *Hériers d'une conceptualité*, p. 48

II - Para uma Teologia Espiritual

A teologia espiritual, do ponto de vista cristão, olha para a consciência cristã, a integridade pessoal e o estilo de vida do discípulo, numa base de compromisso com o evangelho.

1. A “novidade de vida”

O evangelho convoca desde logo o neoconverso a uma radicalidade espiritual que se revela através da adopção de uma diferente filosofia de vida. A *metanoia* representa assim uma mudança da forma de pensar do indivíduo, que se reflecte necessariamente numa mudança do modo de agir.

Mas isto só acontece quando a pessoa aceita a mensagem de Cristo sem reservas e se dispõe a submeter ao seu senhorio de uma forma muito prática. Como dizia o apóstolo Paulo na epístola dirigida às comunidades cristãs da região da Galácia: “Já estou crucificado com Cristo; e vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim; e a vida que agora vivo na carne, vivo-a pela fé do Filho de Deus, o qual me amou, e se entregou a si mesmo por mim” (2:20). A morte do que o Novo Testamento chama “a velha natureza” é requerida previamente para que a vontade divina possa reinar por fim, uma vez que Deus não força ninguém.

De facto, a mensagem das boas novas nunca se constitui como uma imposição mas como proposição. A salvação de Deus em Cristo não se impõe a ninguém, apenas se propõe. Isto está especialmente clarificado na Grande Comissão que Jesus Cristo deixou aos discípulos, e por via destes à sua Igreja: “Quem crer e for batizado será salvo” (Marcos 16:16^a). Trata-se duma questão

volitiva, um acto da vontade consciente e deliberada do indivíduo. Mas também noutros textos evangélicos encontramos a mesma ideia, como quando o Mestre enviou os doze discípulos em missão evangelizadora, como ovelhas ao meio de lobos:¹³

Jesus enviou estes doze, e lhes ordenou, dizendo: Não ireis pelo caminho dos gentios, nem entrareis em cidade de samaritanos; Mas ide antes às ovelhas perdidas da casa de Israel; E, indo, pregai, dizendo: É chegado o reino dos céus. Curai os enfermos, limpai os leprosos, ressuscitai os mortos, expulsai os demônios; de graça recebestes, de graça dai. Não possuais ouro, nem prata, nem cobre, em vossos cintos, Nem alforjes para o caminho, nem duas túnicas, nem alparcas, nem bordões; porque digno é o operário do seu alimento. E, em qualquer cidade ou aldeia em que entrardes, procurai saber quem nela seja digno, e hospedai-vos aí, até que vos retireis. E, quando entrardes nalguma casa, saudai-a; E, se a casa for digna, desça sobre ela a vossa paz; mas, se não for digna, torne para vós a vossa paz. E, se ninguém vos receber, nem escutar as vossas palavras, saindo daquela casa ou cidade, sacudi o pó dos vossos pés. (Mateus 10:5-14)

Mesmo a base pedagógica da parábola da grande ceia, é a ideia de que os filhos de Israel eram os convidados para o banquete e escusaram-se todos, com desculpas esfarrapadas, o que fez com que o dono da casa, perante tal desfeita, tenha mandado os seu servos trazerem para sentar à mesa os indignos e marginalizados da sociedade (gentios), não propriamente no sentido de os forçar contra vontade, mas a persuadi-los, fazendo-os crer que eram dignos de aceitar tão honroso convite:

Porém, ele lhe disse: Um certo homem fez uma grande ceia, e convidou a muitos. E à hora da ceia mandou o seu servo dizer aos convidados: Vinde, que já tudo está preparado. E todos à uma começaram a escusar-se. Disse-lhe o primeiro: Comprei um campo, e importa ir vê-lo; rogo-te que me hajas por escusado.

¹³ Mateus 10:16.

E outro disse: Comprei cinco juntas de bois, e vou experimentá-los; rogo-te que me hajas por escusado.

E outro disse: Casei, e portanto não posso ir.

E, voltando aquele servo, anunciou estas coisas ao seu senhor. Então o pai de família, indignado, disse ao seu servo: Sai depressa pelas ruas e bairros da cidade, e traze aqui os pobres, e aleijados, e mancos e cegos.

E disse o servo: Senhor, feito está como mandaste; e ainda há lugar.

E disse o senhor ao servo: Sai pelos caminhos e valados, e força-os a entrar, para que a minha casa se encha.

Porque eu vos digo que nenhum daqueles homens que foram convidados provará a minha ceia. (Lucas 14:16-24)

Escrevendo aos cristãos de Roma, Paulo utiliza a expressão *novidade de vida*, sublinhando a ideia de algo inteiramente novo, como as *novidades da terra* ou *primícias*, quando se refere aos primeiros frutos de uma nova colheita: “De sorte que fomos sepultados com ele pelo batismo na morte; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos, pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida” (Romanos 6:4). Esta exortação visava consciencializar os fiéis da capital do império a manterem viva a sua consciência cristã e integridade pessoal, de forma a não se deixarem influenciar pelo estilo de vida romano, que era altamente corrupto e pecaminoso. Havia que cultivar uma nova forma de vida que, inevitavelmente, haveria de contrastar com as dinâmicas da sociedade de então.

2. Documento histórico

Em finais do século II, provavelmente, foi produzido um documento epistolar, “a Carta a Diogneto”¹⁴, e descreve quem eram e como viviam os cristãos dos primeiros séculos. O texto foi encontrado apenas em 1436, em Constantinopla, junto com vários outros manuscritos endereçados a um certo Diogneto. De origem desconhecida, o escrito é um fragmento valioso da

¹⁴ Carta a Diogneto. https://www.snpcultura.org/pedras_angulares_a_diogneto.html (acedido em 22/02/21).

experiência cristã primitiva, e o autor parece ser um pagão culto com curiosidade sobre o estilo de vida dos cristãos da época.

Considerado por muitos estudiosos como a “joia mais preciosa da literatura cristã primitiva” e como “pérola da apologética do século II”, os parágrafos V e VI rezam assim:

“Os cristãos não se distinguem dos outros homens nem por sua terra, nem por sua língua, nem por seus costumes. Eles não moram em cidades separadas, nem falam línguas estranhas, nem têm qualquer modo especial de viver. Sua doutrina não foi inventada por eles, nem se deve ao talento e à especulação de homens curiosos; eles não professam, como outros, nenhum ensinamento humano. Pelo contrário: mesmo vivendo em cidades gregas e bárbaras, conforme a sorte de cada um, e adaptando-se aos costumes de cada lugar quanto à roupa, ao alimento e a todo o resto, eles testemunham um modo de vida admirável e, sem dúvida, paradoxal.

Vivem na sua pátria, mas como se fossem forasteiros; participam de tudo como cristãos, e suportam tudo como estrangeiros. Toda pátria estrangeira é sua pátria, e cada pátria é para eles estrangeira. Casam-se como todos e geram filhos, mas não abandonam os recém-nascidos. Compartilham a mesa, mas não o leito; vivem na carne, mas não vivem segundo a carne; moram na terra, mas têm a sua cidadania no céu; obedecem às leis estabelecidas, mas, com a sua vida, superam todas as leis; amam a todos e são perseguidos por todos; são desconhecidos e, ainda assim, condenados; são assassinados, e, deste modo, recebem a vida; são pobres, mas enriquecem a muitos; carecem de tudo, mas têm abundância de tudo; são desprezados e, no desprezo, recebem a glória; são amaldiçoados, mas, depois, proclamados justos; são injuriados e, no entanto, bendizem; são maltratados e, apesar disso, prestam tributo; fazem o bem e são punidos como malfeitores; são condenados, mas se alegram como se recebessem a vida. Os judeus os combatem como estrangeiros; os gregos os perseguem; e quem os odeia não sabe dizer o motivo desse ódio.

Assim como a alma está no corpo, assim os cristãos estão no mundo. A alma está espalhada por todas as partes do corpo; os cristãos, por todas as partes do mundo. A alma habita no corpo, mas não procede do corpo; os cristãos habitam no mundo, mas não pertencem ao mundo. A alma invisível está contida num corpo visível; os cristãos são visíveis no mundo, mas a sua religião é invisível. A carne odeia e combate a alma, mesmo não tendo recebido dela nenhuma ofensa, porque a alma a impede de gozar dos prazeres mundanos; embora não tenha recebido injustiça por

parte dos cristãos, o mundo os odeia, porque eles se opõem aos seus prazeres desordenados. A alma ama a carne e os membros que a odeiam; os cristãos também amam aqueles que os odeiam. A alma está contida no corpo, mas é ela que sustenta o corpo; os cristãos estão no mundo, como numa prisão, mas são eles que sustentam o mundo. A alma imortal habita em uma tenda mortal; os cristãos também habitam, como estrangeiros, em moradas que se corrompem, esperando a incorruptibilidade nos céus. Maltratada no comer e no beber, a alma se aprimora; também os cristãos, maltratados, se multiplicam mais a cada dia. Esta é a posição que Deus lhes determinou; e a eles não é lícito rejeitá-la”.

Este testemunho eloquente, a partir de uma visão exterior à comunidade religiosa, fala mais alto do que qualquer peça literária de apologética cristã, e refere claramente um estilo de vida alternativo à sociedade, adoptado pelos fiéis em razão da sua fé, que afectava profundamente o seu *modus vivendi*.

3. Renovação permanente

Mas o desafio da espiritualidade cristã à renovação é permanente, não se esgotando no momento da *metanoia*. De outro modo não faria sentido. A ideia de um caminho novo, que se faz caminhando, como diz o poeta António Machado, exige uma atitude inconformada com o que nos rodeia mas também com a nossa própria resposta pessoal a esse ambiente.

Paulo discorre sobre a matéria deste modo: “E não sede conformados com este mundo, mas sede transformados pela renovação do vosso entendimento, para que experimenteis qual seja a boa, agradável, e perfeita vontade de Deus” (Romanos 12:2). Aos cristãos de Roma não convinha formatarem a sua mente ao “espírito do século”, nem serem colonizados pelo estilo de vida romano. Mas para isso teriam que treinar a capacidade de renovação constante do seu pensar, da sua mentalidade, pois só assim poderiam discernir a vontade de Deus para a sua vida.

Escrevendo a uma comunidade igualmente gentílica, desta vez em Corinto, o apóstolo vai mais longe: “Destruindo os conselhos, e toda a altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus, e levando cativo todo o entendimento à obediência de Cristo” (2 Coríntios 10:5). Ora, este exercício de despojamento pessoal tem custos e só é possível desenvolvê-lo numa dinâmica de fé, pois não é fácil nem cómodo submeter o que julgamos saber ou o suposto conhecimento alheio ao escrutínio das Escrituras e da Revelação.